



ACÓRDÃO Nº1905/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11981/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Municipal de Carauari.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Jair Gomes Pereira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5005/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Municipal de Carauari. Exercício de 2021.

Revelia. Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o Senhor **Jair Gomes Pereira**, Presidente do Fundo de Previdência Municipal de Carauari e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 88 da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Previdência Municipal de Carauari, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do Senhor **Jair Gomes Pereira**, Presidente do Fundo de Previdência Municipal de Carauari e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Senhor **Jair Gomes Pereira**, Presidente do Fundo de Previdência Municipal de Carauari e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e



ACÓRDÃO Nº1905/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

trinta e nove centavos), com fulcro no artigo 54, inciso VI da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso VI da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens de **01 a 11** da Fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Determinar À ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.4.1. Ausência da Declaração do gestor previdenciário informando o valor devido e o efetivamente repassado ao RPPS;

10.4.2. Ausência de Manifestação do Conselho de Administração, descumprindo o Resolução 8- TCE de 24/03/2011;

10.4.3. Ausência de justificativas para as Contas do Ativo/Passivo Circulantes – Balanço Patrimonial, denominadas: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo, descumprindo o art. 105 da Lei nº 4320/64;

10.4.4. Ausência de mecanismos de informação aos segurados sobre a gestão do CARAUARIPREV, descumprindo o artigo 5º, inciso VIII, da Portaria MPS nº 204/2008, descumprindo o artigo 12 da Portaria MPS nº 402/2008; e artigo 1º, inciso VI, da Lei nº 9.717/1998;

10.4.5. A unidade gestora do RPPS não comprovou a realização do recenseamento previdenciário no exercício, descumprindo o artigo



ACÓRDÃO Nº1905/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

15, inciso II, da ON SPPS/MPS nº 02/2009 e artigo 9º, inciso II, da Lei nº. 10.887/2004;

10.4.6. Ausência de Parecer do Conselho Fiscal na Prestação de Contas, descumprindo a Res. TCE 27/2013;

10.4.7. O RPPS não tem adotado providências no sentido de acompanhar o servidor que atingiu a idade máxima para aposentadoria compulsória, descumprindo o artigo 57, caput, da ON SPPS/MPS nº. 02/2009;

10.4.8. O CRP do município de Carauari, se encontrava emitido por meio de determinação judicial, fato que atesta o não cumprimento, pelo município, dos critérios e exigências da Lei Federal nº 9.717/98 e demais normativos do Ministério da Previdência Social -MPS (artigo 28, Portaria MPS nº 402/2008), descumprindo o artigo 7º da Lei nº. 9.717/1998, artigo 1º do Decreto nº 3.788/2001 e artigo 5º da Portaria MPS nº. 204/2008 e artigo 28, Portaria MPS nº 402/2008;

10.4.9. Não foi encaminhado ao Ministério da Previdência Social, os seguintes demonstrativos, nos prazos exigidos pela legislação pertinente: Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR; Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA; Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN e Demonstrativo das Aplicações e Investimentos de Recursos – DAIR;

10.4.10. Há diversas concessões de aposentadorias de segurados efetivos com tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência. Entretanto, não foi apresentado à Comissão de Inspeção qualquer documento sobre a compensação previdenciária do CARAUARIPREV junto ao INSS, sem comprovação de que o RPPS tenha celebrado termo de adesão com a Secretaria Especial de Previdência do Ministério da Economia para fins de requerimento da compensação previdenciária, descumprindo o artigo 4º da Lei nº. 9.769/1999, artigo 1º do Decreto nº. 3.112/1999 e artigos 1º e 2º da Portaria MPS nº 6.209/1999; artigo 41, inciso VII, Lei Municipal nº. 1124/2016, artigo 10, § 1º, do Decreto nº 10.188/2019;

10.4.11. Após levantamento realizado no resumo da FOPAG do Poder Executivo, bem como do somatório mensal dos extratos bancários, observou-se ausência de recolhimento no valor de **R\$1.343.361.25**, das contribuições previdenciárias, conforme quadro abaixo, informar as medidas tomadas para cobrança do valor não recolhido, descumprindo o Artigo 5º, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”, da Portaria MPS nº 204/2008; e artigo 1º, inciso II, da Lei nº. 9.717/1998;

10.4.12. Ausência de esclarecimentos constantes na Avaliação Atuarial, sobre um passivo atuarial de **RS 124.944.613,27**, fato que requer algumas medidas para equacioná-lo, especificamente um



ACÓRDÃO Nº1905/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

plano de amortização a longo prazo, com previsão da elevação da alíquota patronal e da alíquota suplementar, descumprindo o artigo 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº. 9.717/1998; artigos 18 e 19, Portaria MPS nº 403/2008; Lei Municipal 267/2003;

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Novembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral